

**ENSAIO DE PORTUGALIDADE EM TERRAS AFRICANAS DURANTE A
GOVERNAÇÃO D'EL-REI D. SEBASTIÃO
D. FRANCISCO BARRETO EM MOÇAMBIQUE E NA REGIÃO DO MONOMOTAPA**

ALBERTO M. VARA BRANCO*

RESUMO

D. Francisco Barreto em Terras de Além-Mar. A criação das bases para a operacionalidade económico-social dos portugueses na região de Monomotapa, que corresponde genericamente ao actual Zimbabwe.

Com este empreendimento, o nosso Rei D. Sebastião lança os alicerces da colonização portuguesa na África Oriental a partir de Moçambique, onde a acção missionária dos Jesuítas se fez sentir com bastante eficiência e poder.

Oh! ditosos aqueles que puderam

Entre as agudas lanças africanas

Morrer, em quantos fortes sustiveram

A Sancta Fé nas terras Mauritanas;

De quem feitos ilustres se souberam,

De quem ficam memórias soberanas,

De quem se ganha a vida com perdel-a,

Doce fazendo a morte as honras d'ella!

1. D.Francisco Barreto na Índia

D.Francisco Barreto nasceu na cidade de Faro em 1520. Era filho do fidalgo Rui Barreto, fronteiro-mor do Algarve, e de D. Branca de Vilhena, parente dos Condes de Olivença. Bem cedo iniciou a sua carreira militar na "Escola" de Marrocos. Aqui chegou a capitão e governador de Azamor, e as suas qualidades de coragem e valentia foram vincadamente demonstradas em inúmeras cavalgadas e surtidas contra os mouros.

Em 1547, com 27 anos de idade, partiu para a Índia, cumprindo com o destino reservado, na época, a todos os portugueses, tendo-lhe sido dado nesse mesmo ano o cargo de Capitão da Fortaleza de Baçaim.

Com a morte do VI Vice-Rei da Índia, D. Pedro de Mascarenhas, viu-se nomeado para Governador da Índia por primeira via de sucessão. Prestou juramento em 16 de Junho de 1555, entrando imediatamente no exercício das suas altas funções.

Começou o seu governo sob o signo da desgraça pois um incêndio destruiu dez grandes naus que estavam ancoradas no porto da cidade de Goa. Porém, soube vencer essa dificuldade, assim como todas as outras que se lhe depararam pelo tempo adiante. Tendo sido publicadas, por altura da sua nomeação para Governador, umas redondilhas intituladas "Disparates da Índia" é uma sátira em prosa nas quais se criticava viperinamente a vida pública da Índia, mandou D.Francisco Barreto para desterro o autor de tais obras, fidalgo poeta, de nome Luís de Camões, que viria a ser o imortal cantor da epopeia portuguesa nos Lusíadas. Se bem que muitos biógrafos de Camões julguem com dureza o procedimento de Barreto, parece provado que ele actuou com imparcialidade ao julgar tão irrequieta personagem.

Estavam os negócios na Índia em bom caminho e preparava-se o Governador para voltar as suas atenções para Malaca, tendo chegado a mandar aprontar uma armada, quando chegou o seu substituto, razão pela qual tal empreendimento foi posto de parte. Em 20 de Janeiro de 1559 embarcou de regresso ao Reino, podendo considerar-se boa a sua governação na Índia pela maneira como soube pôr em prática várias medidas de ordem administrativa, política e militar tendentes a alargar a influência portuguesa naquela zona.

2. D. Sebastião e a sua política de expansão em África

Em 1564, Filipe II de Espanha pediu ao Rei de Portugal auxílio naval para reconquistar a Praça Peñon de Cellez de la Gomer, fronteira a Málaga e então em poder dos Argelinos. Foi D. Francisco Barreto nomeado para, com uma frota constituída por um grande galeão, oito caravelas e alguns bergantins e justes, prestar o solicitado auxílio. Partiu do Tejo em Agosto de 1564 para se juntar à frota Espanhola, comandada por D. Garcia de Toledo. A fortaleza apenas resistiu dois dias, tendo, após a vitória, a esquadra portuguesa voltado ao Reino. Tal foi a actuação de Francisco Barreto e de seus homens que Filipe II lhe enviou, numa carta muito lisonjeira, um seu retracto.

Em Portugal, Francisco Barreto foi nomeado General das Galés do Reino, cargo que deixaria apesar da sua indicação para conquistar, para a Coroa Portuguesa o Império do Monomotapa, em Moçambique, com o título de Capitão-General e Conquistador dos Reinos, desde o Cabo das Correntes ao Cabo Guardafui.

O que levou D. Sebastião a ordenar tal empresa foi, por um lado, o desejo de que passassem para as nossas mãos as minas de onde provinha o ouro resgatado em Sofala e, por outro lado, o interesse em vingar a morte do missionário Jesuíta Gonçalo da Silveira. Sabemos, pois, que o estado português, à falta de uma burguesia mercantil e financeira, tornou-se ele próprio armador, mercador e colonizador. Desta forma, a expedição de D. Francisco Barreto está enquadrada na missão expansionista portuguesa em terras africanas, nomeadamente na África Oriental.

O Império do Monomotapa seria toda uma região que englobaria a zona de Manica e se estenderia até Tete. Dizia a tradição que essas regiões eram riquíssimas em ouro, e para obter bastava levantá-lo do chão. Esta crença chegou até ao Reino, onde todos estavam prontos a acreditar nas maravilhas do Oriente e onde as necessidades em ouro eram cada vez maiores para poderem suportar os gastos com a manutenção de tão dilatado império.

Gonçalo da Silveira, filho de D. Luís da Silveira, 1º Conde de Sortelha, havia partido para a Índia em 1556 como missionário jesuíta. Dali, por ordem do Provincial partiu em 1560 para a África Oriental, chefiando uma missão que viria a ser a primeira a pisar tais terras com a finalidade de converter ao cristianismo os povos de Tonga e Monomotapa. Apesar de Ter obtido sucessos iniciais na sua obra de cristianização, bem depressa se verificou a fragilidade do êxito. Isto não abalou a fé de Gonçalo da Silveira que partiu

da cidade de Moçambique para o Império do Monomotapa em 18 de Setembro de 1560. Por alturas do Natal chegou à capital do referido Império Negro, onde foi bem recebido, tendo levado pouco tempo a converter o imperador Africano e a baptizá-lo com o nome de D. Sebastião. Porém, a influência muçulmana junto do imperador conseguiu convencê-lo de que o padre Gonçalo da Silveira era um perigoso feiticeiro, agente do Governador da Índia. A sua morte ocorreu em 15 de Março de 1561 tendo o seu corpo sido lançado no rio Mussenguese. Contudo, a sua morte não fez parar a acção missionária da Companhia de Jesus em terras africanas a partir da Província religiosa situada na Índia Portuguesa.

Foram, portanto, entregues a Francisco Barreto, para a conquista do Monomopata, 3 naus, uma de 650 tonéis. O efectivo em homens de guerra cifrava-se em 1000, e mais 500 anualmente enquanto durasse a conquista. Para as despesas levava 100000 cruzados com promessa de igual quantia anual enquanto as minas não pudessem cobrir os encargos da expedição. Acompanhavam a expedição dos padres jesuítas de nomes Estevão Lopes e Francisco Monclaros.

3. D. Francisco em Terras Africanas

Tendo a esquadra partido de Lisboa em 16 de Abril de 1569, pouco tempo se mantiveram juntas as embarcações pelo que a nau comandada por Vasco Fernandes Homem chegou a Moçambique em Agosto desse na, a de D. Francisco Barreto só a 14 de Março de 1570 e a terceira alguns meses mais tarde.

Aproveitou o Governador esses meses de espera para percorrer a Costa de Moçambique tendo nessa empresa vencido o Rei de Pate e ido a Melinde buscar mantimentos, que eram poucos e muito caros em Moçambique. A par dessas acções, ia colhendo informações sobre a região de Monomotapa.

Encontravam-se já bastante adiantados os preparativos para o início da expedição quando Francisco Barreto recebeu do Vice-Rei da Índia um pedido urgente de auxilio em artilharia pesada e munições para socorrer a fortaleza de Chaúl que estava na eminência de cair nas mãos do inimigo que a cercava. Porque a prestação deste auxílio viria provocar demoras na partida da expedição, resolveu Francisco Barreto convocar o Conselho de Guerra para o qual convidou todas as pessoas importantes da cidade de Moçambique, e consultá-lo para decidir se havia de acudir a Chaúl ou seguir as ordens de El-Rei e iniciar a expedição.

Outro o assunto que submeteu à apreciação do Conselho foi qual o caminho a seguir pela expedição. Havia dois caminhos para as minas: um, por Sofala, curto e menos arriscado; outro, por Sena, mais longo e obrigando a expedição a passar pelas terras de um dos mais poderosos chefes da região, o Mongás, inimigo dos Portugueses.

Sobre o primeiro assunto o Conselho não chegou a pronunciar-se porque entretanto chegou à Índia um novo Vice-Rei, D. António de Noronha, com cinco naus e muita gente de guerra. Quanto ao segundo assunto, Francisco Barreto, que era da opinião de se seguir por Sofala, encontrou sérias dificuldades em vencer o parecer do jesuíta Monclaros que queria seguir por Sena para assim poder ser vingada a morte de Gonçalo da Silveira. Se bem que a opinião fosse fundamental, pois do regimento de Francisco Barreto constava que nunca poderia tomar uma decisão importante sem consultar Monclaros, a opinião de Barreto prevaleceu apoiada pelo Conselho, tendo tal decisão sido lavrada em acta que todos assinaram, incluindo Monclaros.

Já o Governador tinha mandado partir algumas embarcações para Sofala, com mantimentos, munições e outro material de guerra, quando o jesuíta procurou Barreto e lhe declarou que se ia retirar para a Índia em virtude de se não estar a cumprir com a vontade de El-Rei.

Mandou o Governo D. Francisco Barreto reunir de novo o Conselho de Guerra, tendo dessa reunião saído um parecer absolutamente oposto ao anterior, isto é, ficou decidido que a expedição seguiria pelo caminho mais difícil. Foram dadas ordens imediatas para os barcos que tinham partido voltarem para Sena onde Barreto se iria juntar com o grosso d expedição. Mais uma vez está provada a força religiosa e política da Companhia de Jesus.

4. Francisco Barreto e o Império do Monomotapa

E m Novembro de 1571, a frota de Francisco Barreto, constituída por 20 pangaios, partiu da cidade de Moçambique para a região de Sena onde chegou a 18 de Dezembro. Enquanto se faziam os últimos preparativos, dificultados pela péssima qualidade da água, mandou Barreto um embaixador ao Monomotapa tendo dele obtido o consentimento de ir às minas de ouro, bem como de castigar o chefe negro Mongás, propondo-se ajudar o Governador no último dos intentos, pois o Mongás andava levantado contra o império. Este dominava com a sua tribo toda a região que se estendia de Tete a Sena pela margem direita do Rio Zambeze.

A demora do regresso do embaixador, bem como os últimos preparativos, originaram que a expedição só iniciasse a sua marcha em fins de Julho de 1572.

As forças de que dispunha D. Francisco Barreto eram cerca de 650 homens, divididos por quatro companhias. Uma, de 200 arcabuzeiros, era comandada pelo filho do Governador; as outras três, de 150 homens cada, eram comandadas por António de Melo, Tomé de Sousa e Jerónimo de Aguiar. Todas estas companhias eram formadas por soldados europeus, havendo uma Quinta companhia, constituída por 60 portugueses e 80 canarins, do comando de Jerónimo Andrade, Capitão dos Rios. O mestre de campo era Vasco Fernandes Homem, fidalgo muito considerado pelas suas qualidades pessoais e experiência.

O dispositivo da marcha era o seguinte; à frente, como elemento de cobertura, cavaleiros e auxiliares negros; seguiam-se duas companhias e depois os mantimentos, munições e bagagens transportadas por carregadores, burros, camelos e 25 carros puxados a bois; nos flancos seguiam duas companhias e na retaguarda outra. Pelo rio, acompanhando a expedição, seguiam cerca de 20 barcos, chamados lusos, com mantimentos, munições e artigos de comércio.

Um mês depois chegou a expedição às terras de Mongás tendo sido vencidas dificuldades de toda a ordem, desde a demora que os trens causavam até às doenças que todos os dias provocavam baixas no pessoal e nos animais. Após oito dias de descanso, que foram aproveitados para o retemperamento de forças e reconhecimentos sobre o inimigo, a expedição pôs-se de novo em marcha, afastando-se do Rio Zambeze, a caminho das minas do Monomotapa. A expedição estava nessa altura reduzida a 500 homens e, porque, se encontravam dentro do território inimigo, a vigilância tinha que ser constante e aturada.

Ao terceiro dia de marcha, logo pela manhã, começaram a encontrar-se vestígios do inimigo, tendo por volta do meio dia tomado contacto com bandos pouco numerosos, que foram postos em debandada pelos cavaleiros. Estacionou a expedição num areal junto de um ribeiro e, ao anoitecer, o governador mandou sair um destacamento formado por homens de todas as companhias, comandado pelo sargento-mor Pedro da Cunha, para, de surpresa, caírem sobre o inimigo que se encontrava a cerca de 2 léguas. Porém, tal não se chegou a realizar porque logo que os nossos começaram a movimentar-se o inimigo deixou de dar sinal de se e, temendo-se uma emboscada, D. Francisco Barreto mandou regressar a força ao estacionamento.

Iniciada pela manhã a marcha, com o governador à frente, avançou a expedição durante algum tempo sem encontrar qualquer vestígio inimigo, Contudo, ao chegar a um descampado depararam com uma enorme formação de cerca de 10.000 negros. Tendo sido dada ordem de formação em quadrado com a artilharia na frente, fizeram frente ao ataque do inimigo, que os tentava envolver, acabando por os rechazar, à custa de forças arcabuzadas e logo de artilharia, pondo-os em fuga possuídos de grande pânico.

Deslocou-se, depois, o quadrado para um local onde havia água, para descansar, não sem que os negros tentassem de novo o ataque, desta vez pela retaguarda, mas sem melhor sorte. As baixas no inimigo foram tremendas, tendo na nossa frente havido dois mortos e trinta feridos.

Após este primeiro encontro, a expedição ficou no local durante dois dias, findos os quais se preparou para iniciar a marcha. Foi então que de novo os africanos apareceram, trazendo agora na frente uma velha feiticeira, fazendo grande alarido e caminhando em direcção dos portugueses. Imediatamente se formou um novo quadrado, tendo a artilharia sido reforçada com mais seis bocas de fogo que vinham nos trens. A pequena distância do quadrado, o gentio parou e a feiticeira tirou de uma cabaça que trazia nas mãos uns pós e lançou-os ao ar entre gritos de alegria. Já começavam a ficar admirados pelo feitiço não Ter resultado, quando um tiro despedaçou a feiticeira. Os negros não se atemorizaram e lançaram-se sobre o quadrado em desordem tendo sido recebidos a tiros de arcabuz, o que os levou a retirarem-se de debandada. Do nosso lado as baixas foram de dois mortos e sessenta feridos.,

Depois desta vitória, recebeu o governador vários emissários do Mongás, que lhe vinha pedir paz, mas D. Francisco Barreto nunca tratou com eles nada de definitivo limitando-se a recebê-los e a aceitar os seus presentes.

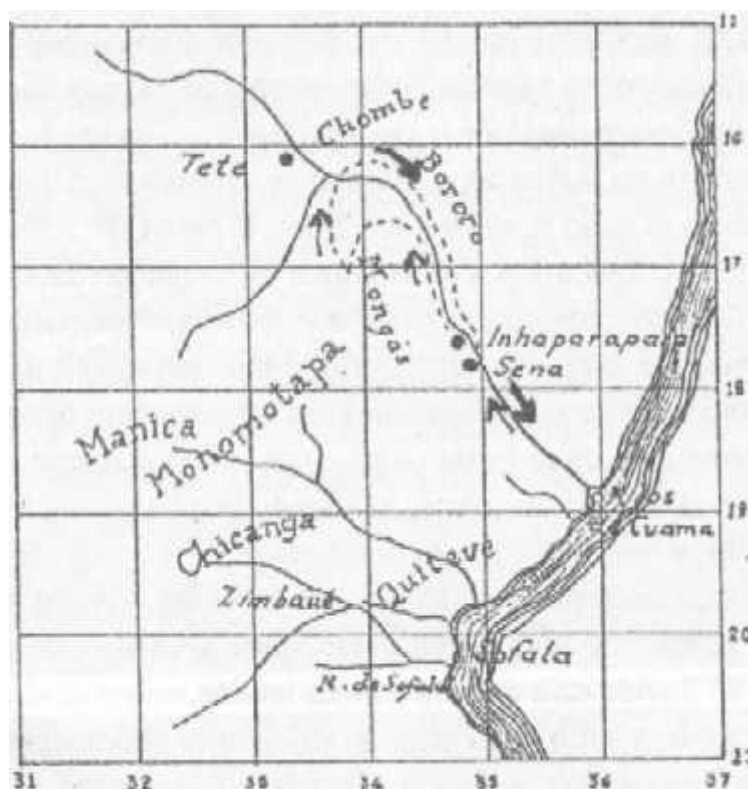
Como se encontrassem muito longe dos objectivos e as aspirações aumentassem, resolveu Barreto, depois de ouvir o seu Conselho de Guerra, regressar ao Zambeze. Chegados aí, mandou recado a Rui de Melo, que tinha ficado para trás numa ilha do rio, com grande número de doentes e bagagens, para lhe enviar sem demora mantimentos e tudo o mais que a expedição carecia. O pedido foi atendido com o envio de seis barcos, o que veio trazer uma melhoria sensível à situação da expedição.

Iniciada de novo a marcha, agora pela outra margem do rio, por parecer que a população era menos hostil, ao fim de algum tempo, o Governador resolveu regressar a Sena, de onde iniciou nova marcha

sobre Manica pois o estado sanitário e material da expedição era lamentável e sabia-se que a distância de 70 léguas que a separava das Minas de Monomotapa era despovoada e desprovida de quaisquer recursos.

Chegaram a Sena em Novembro de 1572. Como só lhe restavam 450 homens em fracas condições, resolveu Francisco Barreto partir para Moçambique. Acompanharam-no o padre Monclaros, alguns criados e cerca de 30 soldados, tendo deixado o comando da expedição entregue a Vasco Fernandes Homem. Chegado lá, carregou alguns barcos com provisões, obteve os fundos necessários e em 3 de Março de 1573 partiu de regresso a Sena. A viagem foi feita em várias semanas pelo que quando chegou à região de Sena encontrou a maior parte dos seus homens doentes, incapazes de qualquer serviço. A vinda de Barreto trouxe alguma melhoria à expedição, mas por pouco tempo. A doença veio cair também, de forma fatal, sobre o próprio Governador . Os seus restos mortais vieram para Lisboa, repousando junto do túmulo da sua esposa, D. Brites de Ataíde, na Igreja de S. Lourenço.

5. O Esboço do Itinerário de D. Francisco Barreto



Branco, A. (1997). Ensaio de portugalidade em terras africanas durante a governação d'el-rei D. Sebastião D. Francisco Barreto em Moçambique e na região do Monomotapa. *Millenium*, 5

6. BIBLIOGRAFIA

- **BAIÃO, José Pereira** - *Portugal Cuidadoso e Lastimado*. Lisboa, 1737.
- **LOUREIRO, F. Sales** - *Miguel de Moura*. Lourenço Marques, 1974.
- **MACHADO, Diogo Barbosa** - *Memórias para a História D'Eel-Rey D. Sebastião*. Lisboa, 1751.
- **SILVA, Manuel Ferreira da** - *Tríptico Moçambicano*. Lourenço Marques, 1967.
- **VELLOSO, Queiroz** - *D. Sebastião*. Lisboa, 1945.